

## **ÉTICA E PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA NO BRASIL: uma construção histórica**

**Cristiana Costa Lima**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

### **ÉTICA E PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA NO BRASIL: uma construção histórica**

**Resumo:** O texto discute os fundamentos éticos e políticos que dão sustentação ao Serviço Social ao longo do seu processo histórico, com destaque para os fundamentos neotomistas implementados pelos primeiros códigos de ética do Serviço Social. Analisa, ainda, o avanço teórico, metodológico e político que levou à construção de um projeto profissional emancipador para a categoria, inclusive em seus aspectos legais, com a aprovação do novo Código de Ética da Profissão e da Lei de Regulamentação da Profissão.

**Palavras Chave:** Ética, Serviço Social, projeto emancipatório.

### **ETHICS AND SOCIAL WORK PROFESSIONAL PROJECT IN THE PERSPECTIVE OF EMANCIPATION IN BRAZIL.**

**Abstract:** It discusses the ethical and political foundation that support the Social Work along the its historical process, highlighting the neo-Thomist foundations implemented by the first ethics codes of Social Work. It also examines the progress of the theoretical, methodological and political progress that led to the construction of an emancipating project for the professional class, including its legal aspects, with the approval of the new Ethics Code for the profession and the Law that rules it.

**Key words:** Ethics, Social Work, emancipator project.

Recebido em: 21.11.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

## 1 INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste texto foram expostas na mesa temática coordenada “Ética e desenvolvimento no contexto da crise do capital: implicações para o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia”, realizada durante a V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Tal discussão está articulada em torno do convênio para estudo e pesquisa da temática “Os dilemas ético-políticos dos assistentes sociais na prática profissional cotidiana”, firmado entre o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (Brasil), através do Grupo de Estudo e Debate em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), e a *Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca*, de Bogotá (Colômbia). Nesse contexto, buscamos debater o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia, a partir dos dilemas éticos enfrentados no exercício profissional do Serviço Social frente à crise atual do capital nesses países.

Para tanto, objetiva-se, aqui, resgatar o histórico do processo de construção do projeto emancipatório do Serviço Social no Brasil após os anos 1970. Inicia-se com a discussão dos princípios ético-políticos da profissão no período de sua institucionalização, recupera-se o movimento que ficou conhecido como a “Virada do Serviço Social”, em 1979, e apresenta os desafios desse projeto nos dias atuais. Tais elementos para debate tomam como referência os códigos de ética de 1948, 1965, 1975, 1986 e 1993 – código em vigor.

Ao final, frente às transformações contemporâneas do capital, problematizamos acerca dos desafios postos ao Serviço Social para a consolidação desse projeto ético-político emancipador. Transformações que aprofundam as desigualdades sociais, geram desemprego, destroem direitos, aprofundam o individualismo e criam novas formas de comportamento e sociabilidade que colocam em xeque o projeto emancipatório do Serviço Social na atualidade.

## 2 ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Para relacionar Ética e Serviço Social, é necessário pensarmos as mediações ético-morais do processo de reprodução do Serviço Social em cada período do seu desenvolvimento histórico na sociedade. Assim, destaca-se o tratamento moral dado à questão social ao longo do processo de surgimento e institucionalização do Serviço Social no Brasil, tendo em vista os

interesses de legitimação do Estado burguês e a presença de projetos sociais conservadores, dentre eles, o da Igreja Católica.

É preciso também situar o surgimento do Serviço Social no marco do capitalismo monopolista. Essa fase do capitalismo é marcada pela agudização das contradições da ordem burguesa a partir da acentuação da alienação, da exploração dos trabalhadores, do aumento dos lucros capitalistas e do exército industrial de reserva. O capitalismo monopolista leva ao ápice a contradição fundamental do sistema, qual seja: o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. Como destaca José Paulo Neto (1992), o capitalismo monopolista altera significativamente a dinâmica da sociedade burguesa.

O Serviço Social tem sua origem sob o âmbito da estratégia de controle social do capital, sendo criado como um instrumento para o enfrentamento da questão social, com a mediação do Estado e da Igreja para atenuar o conflito capital e trabalho. Controle social aqui entendido a partir da concepção de Mézáros (1993, p. 32), segundo a qual controle social é uma necessidade e um fato em qualquer forma de organização social e de produção, onde:

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição.

Com a implantação da experiência do socialismo, em 1917, a Igreja foi obrigada a mudar a sua forma de relação com as massas. À medida que o confronto capital x trabalho vai se acirrando, a Igreja elaborou estratégias mais ofensivas diante da possibilidade concreta da construção de uma alternativa socialista.

A criação da Ação Católica assinalou o início de uma época nova na história da Igreja Católica mundial. A Igreja estava na defensiva, perdeu a autonomia de iniciativas, não era mais uma força ideológica mundial, mas apenas uma força subalterna. (GRAMSCI apud LOPES, 2001). Assim, a Igreja se desdobrou no trabalho de recristianização da sociedade onde contou com a Ação Católica, um movimento leigo que se tornou o responsável por esse processo.

A fundação das primeiras escolas de Serviço

Social na América Latina, conforme Castro (1984), insere-se no contexto dos interesses da Igreja Católica para recuperar o seu papel de condutora moral da sociedade. Ainda segundo o mesmo autor, ao analisar a criação da Escola Elvira Matte de Cruchaga, no Chile, em 1929, a Igreja renovava seus intelectuais e os dotava de instrumentos de intervenção. A Igreja via-se obrigada a situar-se no interior da questão social emergente com a modernização conservadora. Estava dado aqui o novo caráter da assistência social. Tratava-se não mais de atender às vítimas das pestes, mas voltar-se para aqueles que sofriam as consequências de um sistema que coisifica a força de trabalho, redefine a família, o espaço urbano, incorpora mulher e criança a longas jornadas de trabalho, gera novas doenças.

Estava colocado o objetivo principal da Escola de Serviço Social: exercer o papel de promotora internacional do Serviço Social católico. Nesse contexto, as encíclicas papais *Rerum Novarum*, *Quadregéssimo Anno* e *Mater et Magistra* tiveram um papel central, pois nelas estavam traçadas as diretrizes e orientações sobre a questão social. Foram elas que influenciaram prática e teoricamente a formação profissional do assistente social em toda a América Latina, naquilo que Castro (1984) designou de estratégia de continentalização da Igreja Católica na criação das escolas de Serviço Social.

Nesse contexto, a questão social é naturalizada e encarada como problema de ordem moral, resultante de desvios de conduta, produto da ignorância individual e do afastamento do homem de Deus. Os problemas sociais são fruto dos desajustes morais.

No Brasil, ao longo dos anos 1920, a Igreja revigorou sua ação para responder aos efeitos de uma crescente perda de hegemonia na sociedade civil e perante o Estado, promovendo um vasto movimento de cariz espiritual que procura lançar profundas raízes na política e na economia. Iamamoto e Carvalho (1982) destacam o papel do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), criado em 1932, em São Paulo, que, assim como a Ação Católica, também tinha como objetivo divulgar a doutrina da Igreja e intensificar o trabalho dos leigos em conformidade com os postulados colocados nos documentos papais. Essa entidade foi responsável pela criação da primeira escola de Serviço Social no país, em São Paulo, em 1936, e se destinava a formar um quadro de pessoal especializado no trato da questão social de acordo com os princípios da doutrina e da moral católica.

A formação dos profissionais de Serviço Social até metade da década de 1940 é fortemente marcada pela influência conservadora das escolas europeias, qual seja: uma formação moral baseada nos princípios da doutrina tomista e neotomista, de cunho humanista-cristão. Como grande organizador da doutrina cristã, São Tomás de Aquino colocou a caridade como pilar de fé e imperativo da justiça social. Seu pensamento busca uma explicação à luz da moral católica para o enfrentamento dos problemas sociais, individualizando e culpabilizando os sujeitos por sua situação de carência. A questão social é desistoricizada e desfigurada de seus componentes econômicos e políticos.

O tratamento moral que é dado à questão social tem um significado particular, se pensarmos no que ele expressa em termos de luta de classes. Nesse contexto, conforme destaca Barroco (2008a), o projeto “ético-político” desse período pauta-se na garantia da reprodução de um sistema moral que assegure a “ordem”, ou seja, que identifique as lutas políticas como indícios de uma desordem que deve ser combatida.

Sob tais condições, institui-se um dado *ethos* profissional que se desdobra nas várias dimensões que compõe a ética profissional do Serviço Social. A ação profissional tem como objetivo eliminar os desajustes sociais através de uma ação moralizadora e psicologizante; os “problemas sociais” são concebidos como um conjunto de disfunções.

Diante disso, os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os códigos de ética brasileiros de 1948 a 1975. Com base nesses pressupostos, a ética profissional é concebida como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal. Atua de forma prescritiva, baseada na dicotomia entre o bem e o mal, traduzindo os dogmas cristãos e a moral conservadora.

O primeiro código de ética brasileiro data de 1948 e foi criado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). A profissão foi regulamentada em 1962, momento de criação do Conselho Federal de Assistência Social (CFAS). Com a reformulação em 1965, e sua aprovação pelo CFAS, o código de ética passou a ter caráter legal. Ele sofreu alterações em 1975, permanecendo, no entanto, com a mesma orientação filosófica e metodológica. Somente em 1986 rompeu-se com a visão tradicional, adotando-se um referencial de bases marxistas. (BARROCO, 2008a).

Já a partir da década de 1960, o Serviço Social

na América Latina inicia o questionamento de suas bases de legitimação. Começa então a ser gestado o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Ele organiza a crítica e a ação de setores expressivos dos profissionais que, inspirados nos movimentos progressistas e revolucionários das décadas de 1950 e 1960, propõem o avanço na construção de um projeto profissional alternativo de Serviço Social. (LOPES, 2001).

A vitória da Revolução Cubana, em 1959, exerce profunda influência nos movimentos e nas lutas sociais no continente. Ao mesmo tempo, através da Igreja Católica, forma-se no período o movimento por uma Teologia da Libertação, cujos objetivos e fundamentos voltam-se no sentido de construção de uma Igreja popular (à) a serviço dos pobres, estabelecendo uma relação entre cristianismo e marxismo. Movimento esse que exerceu também grande influência nos movimentos de esquerda em toda a América Latina.

Ainda nesse período houve um avanço considerável nas ciências de modo geral e, particularmente, nas Ciências Humanas e Sociais. Há uma aproximação do Serviço Social com o marxismo.

Conforme destaca Lopes (2001), no começo da década de 1960, em todo o continente latino-americano, já tinha iniciado uma discussão acerca do Serviço Social tradicional em vários países da região. Essa problematização estava inserida num movimento mais amplo de crítica aos postulados das ciências sociais e seu apoio às lutas sociais.

A década de 1960 foi também um momento de explicitação de conflitos éticos, que ocorrem em situações de questionamento de valores morais, no âmbito da vida cotidiana. Os ecos de 1968, na Europa, também se fizeram sentir em todo o continente, possibilitando a formação de um caldo cultural propício para o Serviço Social questionar as práticas conservadoras de atuação profissional frente à questão social. Ou seja, há aqui um deslocamento do objeto da ação interventiva do assistente social do âmbito das disfunções individuais para as questões de base estruturais da sociedade, orientado a partir do marxismo. Contudo, no Serviço Social, esse questionamento à moral tradicional não se faz visível em termos coletivos.

Embora se tenha o questionamento do *ethos* tradicional, isso não se traduz nos códigos de ética, que mantêm a perspectiva conservadora. Os códigos de 1965 e 1975 mantêm sua fundamentação tomista de perspectiva

humanista cristã, bem como a perspectiva acrítica e despolitizante face às relações sociais que dão suporte à prática profissional. Sua oposição à liberdade e defesa da ordem moral é reafirmada enfaticamente, tendo em vista seus objetivos: consolidar um conjunto de atitudes, hábitos e comportamentos propiciadores da formação de *ethos* social condizente com o papel profissional do assistente social.

O encontro do Serviço Social com a teoria marxista, acrescido da efervescência das lutas sociais desenvolvidas no Brasil e no mundo, vai dar novas direções para o Serviço Social. Há nesse sentido uma vinculação da profissão com as classes subalternas. Essa reorientação culminou no III Encontro Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, com uma autocrítica da profissão frente às demandas sociais e às condições político-institucionais da prática profissional. O chamado **Congresso da Virada** foi o marco na perspectiva de reconstrução da sociedade na perspectiva crítica. Assinalou também o posicionamento ético-político que passou a se configurar como marco decisivo no compromisso político da categoria com os setores populares.

A partir do final da década de 1980, o Serviço Social chega mais maduro em termos de construção de um projeto profissional apontado para o compromisso com as classes dominadas. Essa maturidade é esboçada através de um arcabouço legal que expressa o crescimento da profissão; vale destacar: o currículo mínimo de 1982 e o Código de Ética de 1986.

Em termos políticos profissionais houve também um amadurecimento da profissão que se evidenciou na organização sindical nacional dos assistentes sociais, a articulação dos estudantes com a criação da Sub-Secretaria dos Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), hoje Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), ABESS, hoje ABEPSS, e o conjunto CFESS-CRESS.

Conforme destaca Barroco (2008a), o Código de 1986 significou um avanço, pois rompeu com a perspectiva tradicional do Serviço Social, explicitando seu compromisso com a classe trabalhadora. Contudo, ele ainda apresenta uma concepção ética mecanicista ao não fazer as devidas mediações entre a moral e a produção econômica e dos interesses das classes. Ao perder de vista as mediações da ética, ao se comprometer com uma classe e não com valores, afirma que “a classe é, a priori, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão

da alienação". (BARROCO, 2008a, p. 177).

Ainda segundo o Código de 1986, Barroco (2008a, p. 176-177) afirma:

O Código expressa uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, peculiaridades e dinâmicas da ética. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora, sem estabelecer a mediação dos valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata quanto a que pretende negar.

Com isso, Barroco (2008a) conclui que o avanço em termos políticos não significou um avanço em termo de aprofundamento teórico que contribuísse para a compreensão de seus fundamentos, mas que tais fragilidades foram superadas no Código de 1993, momento em que houve um avanço teórico em termos de significado da ética. Sua fundamentação é referenciada na ontologia social marxiana para a qual os valores são determinações da prática social, resultante da atividade criadora tipificada no processo de trabalho.

Ao indicar a centralidade do trabalho na (re)produção da vida social, afirma Barroco (2008b), o código revela a base objetiva de constituição das ações ético-morais: a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do humano genérico. A partir dessas capacidades são objetivados valores éticos fundamentais: liberdade, equidade, justiça social, cidadania.

O Código de 1993 explicita a dimensão ético-política da profissão, ao mesmo tempo em que assinala a direção sócio-histórica de construção do ideário socialista. Há, portanto, no Código de 1993, uma projeção de sociedade, aquela que propicia aos trabalhadores o pleno desenvolvimento para a intervenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação.

O Código de 1993 trata ainda da dimensão prático-operativa, tendo por eixo a defesa e a universalização dos direitos sociais e de mecanismos democráticos de regulação social.

O código traz ainda a competência ético-política profissional; a recusa a toda forma de preconceito; o respeito à diversidade; aborda questões fundamentais para a superação do moralismo; propugna a defesa do pluralismo.

Tendo por base o que foi exposto, compreende-se então que a ação humana é teleológica. O que implica sempre em projeto, entendido como uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar e, por conseguinte, em escolhas de valores para realizá-lo, conforme destaca Paulo Neto (1999).

Existem, pois, os projetos societários e os projetos profissionais. Todos eles possuem uma dimensão política. Logo, o projeto profissional é um projeto político profissional que, por sua vez, conecta-se a um projeto societário. Eles podem ser conservadores ou transformadores.

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro hoje está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela dimensão política da intervenção profissional que, inserida no movimento contraditório das classes, imprime uma direção social a sua ação que pode favorecer um ou outro projeto societário.

O projeto de profissão, compreendido como um processo de ruptura com o conservadorismo, tem passado por inúmeros desafios na atualidade. Como já referido anteriormente, o Serviço Social, a partir dos anos 1980, vivenciou um processo de maturidade teórica, política e técnico-operativa que desembocou em um conjunto de leis e regulamentações que apontam para o processo de ruptura com o conservadorismo. No bojo desse conjunto de legislações destacam-se: (a) o já referenciado Código de Ética de 1993; (b) a Lei número 8.662/93, que Regulamenta a profissão de Serviço Social; (c) as diretrizes curriculares de 1996.

Contudo, é nesse mesmo contexto que o capital tenta dar respostas a mais uma de suas cíclicas crises. Trata-se, pois, de uma crise do padrão societário instaurado sob o chamado Estado de Bem-Estar Social, cujas saídas deram-se nos marcos do neoliberalismo. O novo padrão instaurado altera de maneira significativa a configuração do Estado-Nação, os processos trabalhistas, o mercado, o consumo, as relações entre classes, Estado e sociedade.

O novo padrão de acumulação capitalista baseado no toyotismo-ohismo tem como diferença central, como destaca Mota (2005),

que o controle não se dá mais na esfera da administração da resistência dos trabalhadores, mas na arena política através da obtenção do seu consentimento ativo ao processo de flexibilização do movimento do capital. Funda, pois, uma nova cultura baseada na necessidade de justificar as contradições da realidade.

O padrão fordista-keynesiano de produção e regulação econômica, política e social vem sendo substituído por formas de flexibilização do processo de trabalho, dos produtos, dos mercados, da regulação, configurando uma racionalidade traduzida pela denominada acumulação flexível, como denomina Harvey (2010).

Nesse contexto, a ideologia neoliberal pós-moderna declara o fracasso dos projetos emancipatórios, da ética pautada em valores universais, e da impossibilidade de construção do *reino da liberdade*. O discurso da pós-modernidade estimula a fragmentação das relações sociais que se tornam cada vez mais efêmeras e instáveis; desqualifica a participação e organização política dos trabalhadores; em contrapartida, há um crescimento de movimentos de direita como os *skinheads*, movimentos contra os homossexuais, imigrantes, nordestinos, espalhando a violência como elemento presente no cotidiano da vida contemporânea.

A propriedade privada estabelece um *ethos* burguês pautado no consumismo, na competição, no individualismo, “incorporado pelos indivíduos como sinônimo de felicidade, de liberdade, de realização pessoal”. (BARROCO, 2011, p. 209). Esses são, pois, alguns dos elementos que apontamos como característicos do atual projeto conservador.

Essa é uma conjuntura propícia à reatualização de projetos conservadores na profissão, tendo uma forte incidência sobre o cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais nos mais variados espaços do exercício profissional.

Assim, o enfrentamento do neoconservadorismo só será possível, do ponto de vista profissional, se formos capazes de manter a organização política da categoria, fomentando o surgimento de novos quadros; se tivermos uma forte inserção nos movimentos sociais populares e sindicais; se mantivermos a pesquisa como eixo central, a fim de superar o pragmatismo e o imediatismo, não só para a formação profissional como também para o exercício da profissão.

Os desafios ético-políticos postos à prática profissional e às práticas sociais trazem a

necessidade de serem compreendidos em sua essência para poder dar respostas concretas. Eis o desafio maior ao conjunto dos profissionais.

### 3 CONCLUSÃO

A partir da década de 1980, o Serviço Social imprime uma direção social que o vincula ao projeto de emancipação da classe trabalhadora, com base no materialismo histórico, e que materializa o projeto ético-político dessa profissão pela dimensão organizativa da categoria, pela sua dimensão jurídico-política, pela produção do conhecimento.

A ruptura com o conservadorismo não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras, no entanto, o projeto atual vincula-se a um projeto societário que é antagônico ao das classes exploradoras e proprietárias, como destaca Braz (2007). Contudo, ter um projeto profissional hegemônico não elimina as propostas de outros projetos e não significa dizer que seja o único no campo profissional.

Nesse sentido, a manutenção de um projeto profissional de emancipação humana requer luta constante, embasada em princípios ético-políticos pautados nos valores da liberdade e de superação da ordem burguesa.

A incidência dessa conjuntura neoliberal atinge negativamente o projeto ético-político, inclusive nos requisitos teóricos, práticos e institucionais e até da formação profissional com a proliferação dos cursos privados, cursos à distância.

Mas a história nos diz que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro, justamente porque aponta para a defesa da classe trabalhadora e para o combate ético, teórico, ideológico, político e prático-social ao neoliberalismo. E por isso mesmo, enquanto perdurar a sociedade capitalista, está posta a necessidade de construção de alternativa de sociedade e práticas profissionais comprometidas com a emancipação humana.

### REFERÊNCIA

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez. 2008b. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 4).

\_\_\_\_\_. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr/jun. 2011.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 7, n. 10, 2007.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1984.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LOPES, Josefa Batista. **O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade**. 2001, 162 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Celats, 1982.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1993.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULO NETO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS, 1999. Originalmente publicado no Módulo I do curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social.

### **Cristiana Costa Lima**

Assistente Social

Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão

E-mail: costalima.cristiana@gmail.com

### **Universidade Federal do Maranhão - UFMA**

Cidade Universitária, Av. dos portugueses, 1966, Bacanga

CEP: 65085-580